

# MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA: FUNDAMENTAÇÃO (NEO)LIBERAL PARA O CAMPO EDUCACIONAL

Flávio Reis Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente estudo é apontar as ações empreendidas nas últimas décadas pelos defensores e partidários do liberalismo econômico no campo da educação em direção ao que denominamos modernização conservadora, orientada para a preservação e propagação da fundamentação teórico-ideológica (neo)liberal e para assegurar a reprodução das desigualdades socioeconômicas. Investigamos algumas concepções para construir uma síntese do projeto de modernização conservadora da sociedade capitalista, mais especificamente, da educação utilizada como instrumento de difusão de conceitos e princípios, hábitos, valores e costumes para assegurar a manutenção do *status quo*. Na medida em que a modernização conservadora realiza a sua missão de reordenação social e cultural do sistema, atinge os objetivos de suas propostas políticas para o campo educacional, visto que a sua despolitização representa a concretização das premissas mercadológicas e do consenso, consequência das transformações produzidas pelos novos padrões socioculturais estabelecidos pela assimilação do discurso dominante difundido na sociedade contemporânea.

**Palavras-Chave:** Modernização Conservadora, (Neo)Liberalismo, (Neo)Conservadorismo, Educação.

## CONSERVATIVE MODERNIZATION: RATIONALE (NEO)LIBERAL FOR THE EDUCATIONAL FIELD

### ABSTRACT

The objective of the present study is pointing the actions undertaken in recent decades by advocates and supporters of economic liberalism in the field of education towards what we call conservative modernization aimed at preservation and propagation of the theoretical and ideological reasons (neo)liberal and to ensure the reproduction of socioeconomic inequalities. Investigate various conceptions to build a synthesis of conservative modernization project of the capitalist society, more specifically, education used as an instrument of dissemination of concepts and principles, habits, values and customs to ensure the maintenance of the status quo. To the extent that the conservative modernization accomplishes its mission of social and cultural system reordering, reaches the goals of its policy proposals for the educational field, since its depoliticisation represents the realization of the market premises and consensus, a consequence of the changes produced by the new social and cultural patterns established by the dominant discourse widespread assimilation in contemporary society.

**Keywords:** Conservative Modernization, (Neo)Liberalism, (Neo)Conservatism, Education.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás 9PPGAS/UEG).

## INTRODUÇÃO

A educação entrou num período de contestação. As instituições são vistas como tendo fracassado totalmente. Os elevados “*standards*”, o declínio da “literacia funcional”, a perda de níveis e da disciplina, o fracasso em se obter o “conhecimento real” e as destrezas economicamente úteis, os resultados pobres nos testes nacionais, entre outras acusações, têm incidido sobre as escolas. Tudo isso conduziu ao declínio da produtividade econômica, ao desemprego, à pobreza, à perda de competitividade internacional etc. Regressemos a uma “cultura comum”, tornem-se as escolas mais eficientes, crie-se mais responsabilidade no setor privado e os nossos problemas estarão resolvidos.

Michael Apple (2002a)

A sociedade contemporânea, nas últimas décadas passou por significativas transformações tanto na forma quanto no conteúdo para adequar a ampla utilização do Estado ao projeto de modernização da sociedade. Projeto este, orientado por princípios técnicos e ideológicos (neo)liberais, fundamentais para promover o desmonte do *Welfare State* e para inaugurar o processo de reestruturação produtiva do capitalismo. Os defensores do liberalismo econômico procuraram concentrar as suas críticas numa retórica falaciosa da necessidade de assegurar a preservação da política democrática para impulsionar o desenvolvimento capitalista, mas em realidade, a época da igualdade chegou a termo.

Michael Apple (2002a, p. 56) classifica essa estratégia da “nova direita<sup>2</sup>” como dissimulada, pois reduz, limita e procura eliminar da “cultura democrática” os ideais de igualdade; estratégia orientada por um “discurso de melhoria da competitividade, de aumento de postos de trabalho, de melhoria de *standards* e da melhoria da qualidade do sistema educativo, que é colocado perante uma crise total”.

A modernização conservadora tem alcançado inquestionável êxito, pois dominou o senso comum e projetou eficientemente tendências e compromissos sociais diversos, diretamente submetidos à sua autoridade geral, sobretudo, aqueles assuntos associados à cultura, ao bem social, à economia e, mais especificamente, à educação (DALE, 1989). De acordo com Michael Apple (2002a), essa “modernização” é constituída pelos (neo)liberais, (neo)conservadores, ativistas religiosos autoritários e classe média profissional, que possuem história de autonomia e dinâmicas próprias, e optaram por subordinarem-se ao movimento

---

<sup>2</sup> Empregamos neste estudo a expressão “modernização conservadora” para exprimir o resultado da luta levada a cabo para o estabelecimento de uma ampla aliança consensual conservadora pela “nova direita”.

conservador mais abrangente para assegurar a defesa de seus interesses e sua posição como estrato componente da classe dominante.

O discurso intensivamente difundido pela “modernização” tem atingido um número cada vez maior de simpatizantes e adeptos à suas proposições, uma vez que seus argumentos estão diretamente relacionados às realidades experimentadas pela ampla maioria da sociedade. Apple (2002b, p. 81) argumenta que a “modernização” é bastante funcional, pois existe “uma articulação de temas muito criativos que faz eco das experiências, dos medos, das esperanças e dos sonhos das pessoas nas suas vidas cotidianas”. Ela tem sido bastante eficiente na manipulação da articulação de tais temas, incorporando-os às concepções economicistas e a conceitos problemáticos de tradição.

A estratégia velada e manipuladora empregada por seus articuladores tem alcançado expressivo sucesso, na medida em que captura, coopta, arrebanha uma quantidade cada vez maior de pessoas à sua causa. Um aspecto a ser ressaltado para a efetivação de tamanho êxito se remete ao poder econômico de suas forças, que incide diretamente na vida do proletariado, dramaticamente alterada pelas políticas praticadas pela “modernização”. Michael Apple (2002a, p. 82), por sua vez, argumenta que parte de seu sucesso se deve a um processo consistente de organização e renúncia coletiva, construído no decurso de quarenta anos, em que cada grupo componente da aliança, sacrificou parte de sua própria agenda para contribuir e assegurar o interesse comum.

Investigamos algumas concepções e interpretações para elaborar uma síntese do projeto de modernização da sociedade capitalista em nosso tempo, mais especificamente, da educação utilizada como instrumento de difusão de conceitos, princípios, hábitos, valores, costumes para assegurar a reprodução das desigualdades sociais. Concentramos as nossas análises na fundamentação teórico-ideológica (neo)liberal, na medida em que representa a liderança na condução da reforma e adequação do campo educacional, orientado por políticas de reestruturação curricular, avaliação do desempenho de estudantes, avaliação do desempenho das instituições de ensino, financiamento privado e estatal da educação, valorização da tradição ocidental e do patriotismo contidos e propostos pela ideologia (neo)conservadora para atender às demandas econômicas capitalistas.

#### *Instrumentalização Técnica para a Modernização Conservadora*

Para que a classe dominante exerça a sua liderança é imprescindível que as suas proposições e representações sejam tomadas como verdade pela ampla maioria da população.

Os estratos, as camadas, os grupos constituintes da classe dominante exercem o seu poder e liderança à medida que relacionam tais proposições e representações com os aspectos do bom senso da população e modificam “o sentido profundo de conceitos fundamentais e das respectivas estruturas de sentimentos que fornecem as referências para as nossas esperanças, receios e sonhos na sociedade” (APPLE, 2002b, p. 82).

Milton Friedman (1977, p. 19) – idealizador do projeto de reestruturação da sociedade capitalista<sup>3</sup> – afirma que o modelo de organização econômica capaz de promover “o capitalismo é também capaz de promover a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro”. Portanto, complementa o autor, a organização econômica da sociedade precisa e deve ser apreendida como um fim em si mesma e como instrumento imprescindível para assegurar a liberdade política em função de seus próprios princípios, tanto na dispersão quanto na concentração do poder. A organização social na conformação (neo)liberal se encontra na coordenação e utilização de recursos materiais e imateriais, e deve ser orientada pela divisão do trabalho e especialização das funções, ancoradas nas oportunidades fornecidas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia modernas.

Segundo Friedman (1977, p. 21) existem dois meios para se coordenar as atividades econômicas na sociedade capitalista: um se encontra na direção central coercitiva (Estado) e o outro na cooperação voluntária dos sujeitos (técnica mercadológica), “baseada na proposição elementar de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, desde que a transação seja literalmente organizada e voluntária”, isto é, o capitalismo competitivo.

O autor argumenta que ao remover o controle da autoridade política da organização da atividade econômica, o mercado limita a fonte do poder coercitivo do Estado, o que consubstancia a força econômica como instrumento de controle do poder político. Em outras palavras, ao afastar o raio de ação e influência do poder político, o poder econômico se constitui em ferramenta e/ou instrumento essencial para o controle e a defesa contra o próprio poder político, utilizando-o para satisfazer as suas necessidades imediatas e constantes.

A importância do senso comum, de acordo com a fundamentação (neo)liberal, representa a utilidade do conjunto de leis, regras e costumes assimilados automaticamente pela sociedade na ação do Estado, mediante o estabelecimento de normas e regulação de seus significados e de suas possíveis alterações, se fazendo cumprir por todos, independentemente

---

<sup>3</sup> A Cartilha (Neo)Liberal: “Capitalismo e Liberdade”, publicado originalmente em 1962 pela Universidade de Chicago (EUA).

da aceitação ou não de tais normas e de suas regulações, uma vez que a liberdade de uma pessoa deve se restringir ao início da liberdade da outra.

Friedman infere que um dos instrumentos fundamentais para garantir a liberdade total do mercado é a educação, sob a alegação de que representa a possibilidade de oportunidades (ou não) para a colocação profissional e, conseqüentemente, para melhorar as condições de vida do proletariado, por intermédio da aplicação das forças econômicas associadas à evolução técnica e científica.

Em nossa apreensão a fundamentação (neo)liberal friedmaniana limita as questões sociais e políticas a elementos técnicos, sobretudo no campo da educação, orientados pelos princípios de eficácia, eficiência e produtividade na administração dos recursos materiais e humanos. Tal fundamentação técnica e ideológica minimiza a ação do Estado à condição de não interventor, de não provedor, ao mesmo tempo em que equaciona a constituição da sociedade capitalista na dispersão dos centros de poder e de governo.

O (neo)liberalismo a partir de Milton Friedman utiliza amplamente a regulamentação, a fiscalização e o controle central da vida em sociedade, e encontra no campo educacional um de seus mais importantes dispositivos de normatização, que apesar de ser regulamentada pelas políticas públicas do Estado (legislação), não se realiza por meio de instrumentos diretos de controle social.

Essa racionalidade maximiza o alcance de princípios imprescindíveis para a coordenação da economia capitalista por meios políticos, como a manutenção de um poder central determinante para colocar em prática as suas formulações e a cooperação espontânea entre e com os sujeitos e instituições, isto é, a concorrência contida no mercado capitalista confere ao campo econômico poder suficiente para limitar e utilizar o poder político do Estado em benefício do próprio sistema e da classe dominante no conjunto de seus estratos.

#### *Institucionalização do Projeto de Modernização da Sociedade Capitalista*

A legalidade política e jurídica para a fundamentação (neo)liberal construída por Milton Friedman é instituída no Encontro Internacional de Economia, realizado em novembro de 1989, na cidade de Washington, intitulado *Latin America Adjustment: How Much has Happened?*. Este evento, mundialmente conhecido como Consenso de Washington, reuniu representantes do Governo dos Estados Unidos da América (EUA), do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para avaliar o

andamento das reformas econômicas empreendidas nos países americanos, tendo em vista efetivar o projeto de modernização conservadora da sociedade capitalista.

As recomendações emanadas do centro da modernização conservadora – Estados Unidos da América – estabeleciam como pré-condição para a concessão de cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral, os seguintes requisitos:

a) Rígida disciplina fiscal; b) Redirecionamento de prioridades de despesas públicas para os campos que oferecem altos retornos econômicos (equilíbrio orçamentário); c) Reforma fiscal para baixar as taxas marginais e alargar a base tributária; d) Liberalização da taxa de juros; e) Taxa de câmbio competitiva – reformulação das normas que restringiam o ingresso do capital estrangeiro; f) Liberação do comércio: redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; g) Liberação dos fluxos de investimento estrangeiro direto; h) Privatização de empresas e serviços públicos estatais; i) Desregulamentação: abolição das barreiras de entrada e saída pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, por exemplo; j) Garantia dos direitos de propriedade (HARVARD UNIVERSITY, 1989, p. 1).

Os (neo)liberais entendem que o mundo é um amplo hipermercado e que a escolha de consumo é o princípio que assegura a existência da democracia. Conseqüentemente, a educação é encarada como uma mercadoria qualquer, que requer permanente regulação do mercado mediante as ações políticas do Estado. Nestes termos, a democracia converte-se em prática de consumo, uma vez que o cidadão modelo para o capitalismo é o consumidor. “O efeito ideológico de tal transformação é efêmero, pois a democracia deixa de ser um conceito político e transforma-se inteiramente num conceito econômico” (APPLE, 2002a, p. 58).

As ações da “modernização” preconizaram o investimento em capital humano na perspectiva de garantir o acesso a um mínimo de educação, alimentação, saúde, moradia, transporte e saneamento. Entretanto, não existiu a especificação de que caminho tomar em direção à formação desse capital humano, para além de um recurso de baixo custo, deixando transparecer que as políticas (neo)liberais se assentavam na substituição da igualdade pela equidade, focalizada no empobrecimento das camadas médias, sem interferir ou prejudicar os privilégios da classe dominante.

Michael Apple (2002a, p. 58) infere que o argumento de investir em capital humano decorre da concepção de concorrência no universo capitalista, no qual os estudantes são entendidos como potenciais trabalhadores, “devem adquirir destrezas, requisitos e disposições

para competirem com eficácia e eficiência. Além do mais, qualquer investimento econômico feito nas escolas, que não esteja diretamente relacionado com os objetivos econômicos é suspeito”.

As políticas (neo)liberais focalizaram ainda, uma compensação conjuntural dos efeitos do desenvolvimento técnico-científico, mais especificamente, da vinculação e do estreitamento entre conhecimento científico fundamental e tecnológico e de sua interpenetração na essência competitiva em relação à pesquisa de base pura, imprescindível para o desenvolvimento industrial; bem como, das profundas transformações econômicas que caracterizaram o movimento de mundialização do capital – fundamental para o empreendimento da modernização conservadora – apreendida na extensão de seu significado ligado à integralização dos mercados financeiros, diretamente decorrente dos fundamentos definidos e expressos no Consenso de Washington para a liberalização, desregulamentação e abertura dos mercados nacionais ao capital internacional (CHESNAIS, 1996, p. 142).

A imbricação da revolução tecnológica às transformações econômicas constituiu o instrumento complementar para assegurar o empreendimento das ações de modernização conservadora direcionadas à liberalização das forças do mercado para extinguir e/ou restringir os direitos sociais característicos do *Welfare State*, porém, quando:

[...] as tendências regressivas do mercado não se revertem, estas políticas, concebidas como intervenções conjunturais eficientes, convertem-se em políticas estruturais ineficientes, modificando a relação entre a política, a economia e a sociedade e acabam por fomentar o clientelismo político. Inicialmente planejadas para atender aos grupos sociais afetados pela transição, são agora focalizadas nos mais pobres. De fato, a regulação política dos serviços básicos subsiste, mas a luta democrática pela cidadania esmorece diante da mercantilização da política (CORAGGIO, 1995, p. 3).

A implementação dessas políticas procurou instrumentalizar a política econômica para empreender a reorganização do Estado, por meio da descentralização – ou em efeito, da desconcentração – do poder do governo, redução do seu papel e responsabilidades, transferindo-as para a competitividade da iniciativa privada. Tais políticas propiciaram e promoveram a alocação de recursos sem a interferência estatal; absorveram e interiorizaram a dinâmica do mercado nas funções públicas, tomando em referência o fundamento da eficiência como aspecto essencial.

Nestes termos, a dinâmica do movimento de transformação empreendido pela “modernização”, restringiu (restringe) a ação do Estado nas questões sociais em prol da ampliação de influência e interferência do âmbito privado. João dos Reis Silva Junior afirma

que o papel desempenhado pelo Estado em defesa dos interesses da “modernização” é determinante como instrumento utilitário ao seu projeto, visto que:

[...] produz políticas sobre as diversas atividades do Estado, pouco interventor, pois impulsiona, segundo a ideologia liberal, um movimento de transferência de responsabilidade de sua alçada para a da sociedade civil, ainda que as fiscalize, avalie e financie, conforme as políticas por ele produzidas e influenciadas pelas agências multilaterais. O poder regulador, sob a forma do político, é agora o poder econômico macro gerido pelo capital financeiro, com graves consequências para a cidadania e para a educação (SILVA JR., 2002, p. 33).

A modernização conservadora procura expressar uma preocupação com a pobreza para evitar qualquer possibilidade de sublevação popular, o que não significa dizer que a sua preocupação esteja, necessariamente, focalizada nos pobres, ou numa redistribuição de rendas e riquezas, pois tal preocupação se constitui mesmo em uma questão de equidade e não de igualdade.

Essa estratégia foi publicizada pelo Banco Mundial no documento *Política Urbana y Desarrollo Económico: Un Programa para o Decênio de 1990*, que ressaltava a necessidade de maximizar a utilização da força de trabalho do proletariado, mediante a intensificação de sua exploração, justificada pelo oferecimento de supostos incentivos de mercado, adequada infraestrutura física, inovação tecnológica e serviços sociais básicos, como planejamento familiar, saúde, nutrição e educação primária (COHEN, 1991).

Para o campo da educação, as proposições (neo)liberais foram especificadas no “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”, resultado da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990, com participação efetiva da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial e seus países mutuários e signatários da Organização das Nações Unidas (ONU), reunindo cerca de 1500 representantes de mais de 150 países e instituições de todo o mundo. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos proclamada pela Conferência estabeleceu os seguintes objetivos para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem:

- 1) Cada criança, adolescente, jovem ou adulto deve aproveitar as oportunidades educativas que lhe são oferecidas tendo em vista satisfazer as suas necessidades básicas de leitura, escrita, cálculo e solução de problemas; universalizar o acesso à educação e promover a equidade, concentrando a educação na aprendizagem básica; a educação básica precisa ser equitativa, oferecendo às crianças, jovens e adultos as oportunidades necessárias de alcançar e

manter um padrão mínimo de aprendizagem; a educação básica deve estar concentrada na aquisição e nos resultados efetivos da aprendizagem – daí decorre a necessidade da implementação de sistemas de avaliação de desempenho; a aprendizagem deve ser proporcionada por estratégias que envolvam as famílias e as comunidades; a televisão, o rádio e outros meios de comunicação de massa devem ser mobilizados em todo o seu potencial com vistas à satisfação das necessidades de educação básica para todos (UNESCO, 1990, p. 2-5);

2) A sociedade deve assegurar a todos os alunos, assistência e apoio físico e emocional fundamental para que possam participar de forma efetiva de sua própria educação; as autoridades responsáveis pela educação em âmbito nacional, estadual e municipal têm a obrigação de proporcionar educação básica para todos, porém não se pode esperar que as autoridades satisfaçam todos os requisitos para a realização desta tarefa; a educação básica para todos depende do compromisso e vontade política, respaldado por medidas fiscais adequadas, ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional; mobilizar todos os recursos financeiros, humanos, públicos, privados ou voluntários para que sejam satisfeitas as necessidades básicas de aprendizagem; a comunidade mundial, incluindo os organismos e instituições bilaterais ou multilaterais são responsáveis por amenizar as dificuldades que impedem alguns países de atingir as metas da educação para todos (UNESCO, 1990, p. 5-6).

Esse programa para a modernização conservadora foi reiterado em outros encontros e reuniões mundiais, regionais e nacionais, a saber: Cúpula Mundial para a Infância (1990); Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993); Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994); Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995); Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996); Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997); Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997); Fórum Mundial de Dakar (2000); além de encontros do Grupo de Alto Nível de Educação para Todos e das Semanas de Ação Mundial de Educação para Todos e, ainda, a ocorrência de uma significativa quantidade de eventos acadêmicos.

#### *Estratégia da Modernização Conservadora para a Educação*

A fundamentação (neo)liberal para o campo educacional global partiu dos *staffs* do Banco Mundial em direção aos vários países da América Latina, Ásia e do leste da Europa para

reformular e adequar os seus sistemas de ensino aos moldes empresariais privados capitalistas, assentados nos princípios da avaliação, da qualidade, da competitividade e da autonomia. Robert Dale e Susan Robertson argumentam que no empreendimento da modernização conservadora da sociedade capitalista:

[...] os sistemas educacionais das nações modernas enfrentaram importantes mudanças em termos de, primeiramente, mandatos que agora orientam a política da educação; em segundo lugar, os recursos humanos e fiscais para a oferta de educação; e, em terceiro lugar a governança do setor. O novo mandato para a educação – o que é desejável que o sistema educacional deveria fazer –, cada vez mais privilegia a competitividade econômica global, a aprendizagem pela vida toda, a educação para a economia embasada no conhecimento e na educação como uma indústria de exportação. Os recursos para a educação enfatizam a eficiência, a efetividade, a responsabilização e a auditabilidade. Novas estruturas de governança reconfiguram as relações entre o Estado e a sociedade civil, o público e o privado, os cidadãos e a comunidade (DALE; ROBERTSON, 2011, p. 348).

Neste sentido, as relações, interações, autoridade, interesses e identidades societárias características de um mesmo território deixaram de ser garantidas, pois a influência e interferência das agências internacionais administração interna ultrapassaram os limites metodológicos da concepção de nacionalismo, tomando o estado-nação em receptáculo da sociedade capitalista, reiterando a existência de uma forma particular intrínseca para a prática e regulação política comum para todos os Estados, organizados e administrados essencialmente da mesma maneira, com o mesmo conjunto de problemas e responsabilidades, e por meio do mesmo conjunto de instituições.

As orientações das agências multilaterais para e no campo da educação ao final da década de 1990, podem ser sintetizadas pelo contido no texto *The Financing and Management of Higher Education: A Status Report on Worldwide Reforms* (1998). Tais recomendações exprimem os paradigmas que consubstanciaram as demandas de transformação produtiva assentada na denominada equidade, tendo em vista elevar os níveis de qualidade e eficiência da educação, mediante a instituição de uma série de reformas na organização, estrutura e gestão da educação, assegurando-lhe reorganização da estrutura educacional, arrecadação de recursos materiais e financeiros adequados, autonomia financeira e administrativa, esforços concentrados nos princípios de equidade e qualidade na educação (JOHNSTONE; ARORA; EXPERTON, 1998), a saber:

1) Criação de vários tipos de instituições como colégios politécnicos, institutos profissionalizantes ou técnicos – *community colleges*, com ciclos de ensino acadêmico ou

profissional com duração média de dois anos, bem como do ensino a distância e de sua expansão; eliminação do ensino gratuito oferecido pelas instituições públicas; o financiamento do ensino deve advir do auxílio externo e de agências de crédito; os subsídios do Estado devem destinar-se não somente às instituições públicas, mas às privadas também;

2) Aplicação do efeito multiplicador dos recursos públicos para assegurar uma maior autonomia das instituições de ensino públicas, reservando maior poder de controle, por meio da fiscalização e avaliação, do que do suporte de financiamento propriamente dito; exclusividade do governo a autorização de criação e funcionamento, a fiscalização e a avaliação da instituição de ensino, bem como a distribuição dos recursos estatais sob a observância e obediência a um conjunto de critérios de desempenho.

Os processos de descentralização educacional podem ser entendidos como processos de desconcentração das atividades administrativas, pedagógicas e, sobretudo, financeiras, pois a dinâmica que reveste o sistema tecnocrático-burocrático do Estado centralizado, localiza-se na legitimação da autoridade no mais alto nível do sistema, visto que lhe outorga:

[...] o direito de decisão e de regulamentação em áreas substantivas, administrativas e de alocação de recursos para o conjunto do sistema. Assim, por um lado, os ministérios da educação normalmente apresentam um panorama de estruturas altamente hierarquizadas, onde a dinâmica de gerenciamento e um vasto conjunto de decisões tendem a concentrar-se (às vezes até a saturação) em torno de um ministro ou secretário de educação e o seu gabinete. Por outro, na medida em que a autoridade é designada pelo poder executivo, o exercício do poder institucional caracteriza-se por uma acentuada dimensão política. Esta combinação constitui uma capacidade maior de impor uma ação (CASASSUS, 1990, p. 16).

Na própria razão em que o poder central detém os instrumentos e mecanismos de controle, exerce o poder delegando às instâncias subalternas as tarefas de execução das ordens determinadas pelas instâncias hierárquicas superiores, evidencia a desconcentração das atribuições e afasta as unidades locais do processo de tomada de decisão. Para que descentralização do campo educacional se estabeleça de forma efetiva é preciso que ocorra o rompimento concreto e extensivo com a concentração do poder, uma vez que a desconcentração da educação precisa encontrar-se diretamente imbricada à participação dos sujeitos em nível local, à racionalização e melhor aplicação dos recursos de todas as ordens, ao descongestionamento da organização burocrática, visando produzir maior eficácia e eficiência da máquina administrativa em obediência ao modelo racional weberiano, atingindo, portanto,

as metas relacionadas à melhoria da qualidade da educação e do sistema de ensino em si (CASASSUS, 1995).

Roger Dale (1994) afirma que é na racionalidade teórica (neo)liberal que se encontra o seu oposto equivalente: a sua suposta irracionalidade prática, que justifica-se na razão de suas perspectivas e expectativas na condução das transformações e alterações necessárias à satisfação de seus objetivos e localiza no Estado o seu instrumento de maior representatividade, visto que, mesmo que este deixe de fornecer ou financiar a educação, em hipótese alguma abrirá mão do exercício de sua autoridade reguladora, assegurando o pleno controle do sistema em si.

Essas formas para combinar fornecimento, financiamento, regulação e fiscalização permitem aos mecanismos do mercado capitalista, diretamente associados à política social, produzir a heterogeneidade e complexidade dos mercados educacionais exigidas pelo mercado econômico, na razão de sua concepção mercadológica, submetidos ao controle de seus sistemas (educacionais), devidamente regulados pela ação e intervenção do Estado que atende às demandas da classe dominante.

Dale (1994) argumenta que uma imprescindível associação entre competição e privatização não existe, porém é possível existir liberalização sem privatização, visto que a privatização se remete à venda do patrimônio do Estado, a liberalização significa exatamente a redução do controle estatal mediante a abertura do mercado para fomentar a competição. Nestes termos, conclui o autor, que tanto é “possível existir privatização sem competição, quanto liberalização sem privatização, introduzindo a competição no setor público sem que haja a transferência de propriedade” (DALE, 1994, p. 112).

Portanto, a centralidade do mercado econômico no processo de despolitização que sofre o campo educacional em sua valorização mercadológica, consubstancia-se como elemento fundamental para o sucesso estratégico da modernização conservadora, no qual a educação é revestida por uma:

[...] variedade de formas, todas destinadas a reduzir o fardo que a legitimação (para não mencionar o custo) do sistema educativo representa para o Estado. Aquelas incluem: i) *main streaming* os departamentos de política social, como a educação, assim lhes negando qualquer direito a tratamento especial; ii) a introdução de alvarás (*school charters*, isto é, cartas de direitos) de escolas que podem ter o efeito de colocar a educação fora ou acima da política; iii) a devolução à comunidade (deliberadamente construída como um grupo politicamente neutro) de uma série de responsabilidades no fornecimento de educação (DALE, 1994, p. 113).

Neste contexto, é possível observar o deslocamento do centro gravitacional da tomada de decisões coletivas para as individuais, enquanto prerrogativa de uma equitativa distribuição da educação, bem como da ampla e recorrente utilização de instrumentos privados para assegurar a sua aceitabilidade política, ou seja, a racionalidade que permite que determinadas coisas sejam realizadas por meio da ação privada, seriam inadmissíveis se a única maneira de realizá-las se encontrasse na força executora do Estado.

Portanto, as forças de mercado não devem ser encaradas somente como um procedimento negativo de fazer recuar o Estado simplesmente em ordem a devolver o poder de forma individual, com o governo buscando apenas maximizar a liberdade das pessoas, visto que mesmo, delegando em decisões individuais o conjunto das ações produz efeitos políticos significativos, e os tecnocratas (neo)liberais não reduzem a extensão e nem tão pouco a intensidade em que formulam, implementam, regulam e dirigem as políticas públicas, mudando a sua direção veladamente, sem que possa haver a imediata percepção da coletividade (DALE, 1994).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A modernização conservadora expressa a sua força e representação política em âmbito mundial no pleno exercício do poder, influencia e intervém direta e indiretamente nos distintos níveis de poder econômico sobre o capital financeiro, sobre a política e a economia interna dos países periféricos distanciando-os dos pressupostos da concorrência perfeita e da promoção do bem-estar comum (CORAGGIO, 1995).

A maior parte das políticas que emanam da “modernização” concentra-se no estabelecimento de relações cada vez mais próximas entre educação e economia, representada tanto por propostas e/ou projetos que buscam articular escola e trabalho, educação e emprego, bem como pela redução de investimentos e diminuição de custos em Estados extremamente deficitários. A proposição de “relacionar a escola com o mercado tem-se reforçado gradualmente” e encontra-se expressa nas mais diversas políticas formuladas pelas instituições multilaterais mundiais (APPLE, 2002a, p. 59).

Essas políticas produzem consequências devastadoras para a classe proletária, pois reproduzem e agravam profundamente as desigualdades econômicas e sociais. As políticas decorrentes da modernização conservadora assumiram a hegemonia no campo educacional e na sociedade contemporânea de modo geral, determinando as relações de poder em que algumas vozes são ouvidas e outras não. As vozes ouvidas com maior objetividade “são aquelas que têm

maior poder econômico, cultural e social” (APPLE, 2002b, p. 84). Portanto, a materialização das políticas econômicas, sociais e educacionais, tende a satisfazer os interesses e as demandas da classe dominante.

A “modernização” politicamente imposta pelos (neo)liberais, (neo)conservadores, ativistas religiosos autoritários e classe média profissional obedece ao padrão teórico-ideológico que a define, apresenta como o único caminho possível a direção historicamente difundida e tão sonhada do crescimento econômico, da estabilidade social, política e econômica, porém no máximo o que vemos assegurado em extremo limite é a sobrevivência miserável do proletariado.

À medida que a modernização conservadora realiza a sua missão de reordenação sociocultural, atinge os objetivos de suas proposições políticas para o campo educacional, pois a sua despolitização expressa a sua condição como mercadoria, representa a concretização das premissas mercadológicas e do consenso em decorrência das transformações produzidas pelos novos padrões socioculturais estabelecidos pela assimilação do discurso dominante amplamente difundido na sociedade capitalista.

Discurso assentado na qualidade como propriedade, quando submetida à análise das políticas educativas e dos processos pedagógicos, verticalmente implementados em todas as partes do mundo com pequenas ou insignificantes nuances; e na necessidade de articulação do mundo educacional ao mundo do trabalho, representado em âmbito teórico por aqueles que defendem uma adaptação da teoria do capital humano e refletem os efeitos práticos da falência da educação pública no contexto de modernização conservadora da sociedade.

As políticas (neo)liberais/(neo)conservadoras de ajuste estrutural sentenciaram à morte a educação da classe proletária, ironizando uma utopia assentada em promessas democratizantes irrealizáveis no interior de uma estrutura socioeconômica e cultural caracterizada pelo autoritarismo e pela desigualdade – fundamental para a eficiência e produtividade capitalista –, explicitando a distância existente entre burguesia e proletariado (GENTILI, 2002).

Os partidários da modernização conservadora, mais especificamente, os (neo)liberais, costumam afirmar que a competição proporciona às escolas e aos sujeitos mais responsabilidade e maior eficiência em suas ações, favorecendo as crianças desfavorecidas. Michael Apple (2002a, p. 60) afirma categoricamente, que tudo isso não passa de uma falsa esperança que se expressa, sistematicamente, nos mais diversos países do mundo, “num contexto de políticas

abrangentes que nada fazem para transformar profundamente as desigualdades econômicas, sociais e culturais”.

Tais políticas provocam, em realidade, transformações substanciais tanto na natureza e distribuição da educação como na economia em âmbito geral, bem como, eliminam em essência qualquer possibilidade da ocorrência de fóruns de debates apropriados, o que resguarda os interesses da modernização conservadora (DALE, 1994). “Modernização”, que expressa a sua eficiência na medida em que foi (é) capaz de estabelecer novas identidades e compreender que o sucesso de suas ações junto ao Estado exigia (exige), primeiramente, o sucesso de suas ações junto à sociedade civil, na extensão da tensão existente entre o bom senso e a insensatez (APPLE, 2002b).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002a. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

APPLE, Michael. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v.2, n. 1, jan./jun. 2002b. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleconf.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

CASASSUS, Juan. **Tarefas da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

CASSASUS, Juan. Descentralização e desconcentração educacional na América Latina: fundamentos e críticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 74, ago. 1990. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n74/n74a02.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, Michael. **Política urbana y desarrollo económico**: un programa para o decênio de 1990. Un documento de políticas del Banco Mundial. Washington/DC: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial, 1991.

CORAGGIO, José Luís. Las propuestas del Banco Mundial para la educación: sentido oculto o problemas de concepción? Ponencia presentada em el Seminario: O Banco Mundial e as políticas de educação no Brasil. **Ação Educativa**, São Paulo, 28-30 junio, 1995. Disponível em:

<<http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/SANPABLO.pdf>>.

Acesso em: 16 out. 2012.

DALE, Roger. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto/Portugal, n. 2, 1994. Disponível em:

<<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC2/2-6-dale.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

DALE, Roger. The thatcherite project in education: the case of the city technology colleges.

**Critical Social Policy**, v. 9, n. 3, dez./1989. Disponível em:

<[http://www.researchgate.net/publication/249627764\\_The\\_Thatcherite\\_project\\_in\\_education\\_the\\_case\\_of\\_the\\_City\\_Technology\\_Colleges](http://www.researchgate.net/publication/249627764_The_Thatcherite_project_in_education_the_case_of_the_City_Technology_Colleges)>. Acesso em: 12 jun. 2013.

DALE, Roger; ROBERTSON, Susan. Pesquisar a educação em uma era globalizante.

**Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, mai./ago. 2011. Disponível em:

<[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 01 mar. 2013.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HARVARD UNIVERSITY. **Washington Consensus (1989)**. Center for International

Development at Harvard University. Global Trade Negotiations. Disponível em:

<<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

JOHNSTONE, David Bruce; ARORA, Alka; EXPERTON, William. **The financing and management of higher education: a status report on worldwide reforms**. UNESCO/World

Bank. World Conference on Higher Education, Paris, France, October, 5-9, 1998. Disponível

em: <[\[wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946\\\_99040905052384/Rendered/PDF/multi\\\_page.pdf\]\(http://wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2000/07/19/000094946\_99040905052384/Rendered/PDF/multi\_page.pdf\)>. Acesso em: 28 fev. 2013.](http://www-</a></p></div><div data-bbox=)

SILVA JR., João dos Reis. **Reforma do estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

UNESCO. **Declaração de Cochabamba: educação para todos cumprindo nossos**

compromissos coletivos. Brasília: UNESCO, 2001. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127510por.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

UNESCO. **Declaração de Nova Delhi sobre educação para todos (1993)**. Brasília:

UNESCO, 1998. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien: ED/90/CONF/205/1, 1990. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

UNESCO. **Educação para todos**: o compromisso de Dakar (2000). Brasília:

UNESCO/CONSED, Ação Educativa, 2001. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

Recebido em 09 de setembro de 2016.

Aprovado em 27 de outubro de 2016.